

Congresso opinará sobre plano econômico

Metas abrangerão os próximos 4 anos, com crescimento do PIB entre 5 e 7%

JOAO BITTAR/ANGULAR



Sayad entre os empresários de origem árabe: recuperação da balança virá

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

Pela primeira vez, o Governo submeterá ao Congresso Nacional um plano econômico cujas metas deverão abranger nos próximos quatro anos um crescimento anual de 5 a 7 por cento do Produto Interno Bruto. Somente após o parecer da classe política sobre a política econômica oficial, ora em elaboração final, o Governo vai encaminhá-la, primeiro, ao Banco Mundial, e em seguida aos credores internacionais. Dessa forma, o Governo vai negociar com os credores com o aval da classe política.

A informação foi prestada, ontem, pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que mais uma vez ressaltou enfaticamente não estar nos planos do Governo a adoção de uma política econômica recessiva. Dois princípios básicos jamais serão rompidos, destacou: o primeiro, o crescimento econômico, e, segundo, o retorno à situação de 1982, quando o Governo optou pela recessão, através da geração de saldos comerciais crescentes para pagar o serviço da dívida externa, comprometendo o crescimento interno. A taxa de juros interna, porém, continuará real (alta), admitiu, "para reduzir o consumo e estimular a poupança".

O plano econômico de quatro anos que o governo pretende submeter, primeiro à classe política e depois aos credores internacionais, contempla metas específicas de crescimento do produto interno bruto, inflação, importação, exportação, meios de pagamento, base monetária, preços, salários, câmbio e déficit público. Funaro, entretanto, negou-se a especificar cada uma dessas metas. Anunciou somente que este ano, para cobrir o débito externo total, de 13 bilhões de dólares, o País terá que gerar um superávit de apenas 8 bilhões de dólares, precisando, portanto, de financiamentos externos novos num total de 5 bilhões de dólares. Nos anos seguintes, o País vai gerar superávits crescentes, ou seja, reduzir as necessidades de financiamento externo.

As exportações deverão crescer 6% acima do total registrado no ano passado, de 22,8 bilhões de dólares, e as importações crescerão 10% acima do

total registrado em 86, de 22,3 bilhões. Apesar de resistir a traçar as metas para a inflação durante o período de 4 anos, admitiu que nos próximos meses a inflação deverá ficar entre 12 e 13 por cento: "Não tenho bola de cristal, mas o governo vai puxar para baixo esse patamar inflacionário". A promessa que fez para reduzir a inflação, porém, não contempla, na sua opinião, nenhuma adoção de qualquer choque, qualquer tipo de novo congelamento.

As regras para a fixação de preços e salários deverão, disse o ministro, seguir o figurino atual. Afastada a hipótese de novo congelamento, os preços deverão ser reajustados de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), Secretaria Especial de Controle de Preços (Seap) e Sunab. Quanto aos salários, o ministro não adiantou maiores detalhes, deverão ser mantidas as regras atuais, ou seja, o gatilho salarial vai disparar sempre que a inflação alcançar o patamar de 20 por cento. "Nossa preocupação é manter as conquistas alcançadas e o desemprego baixo", disse.

A política de crédito interno — expansão dos meios de pagamento e da base monetária — será conduzida, assegurou, de forma a não permitir escassez de dinheiro no mercado, mas adiantou que a taxa de juros será mantida em patamares reais para evitar a expansão do consumo interno e, ao contrário, estimular a poupança. "O que estamos verificando agora é o contrário do que se verificou com o Plano Cruzado. O governo, em janeiro e fevereiro praticou uma política monetária duramente contracionista, enquanto, no ano passado, optamos pela política expansionista", disse o Ministro.

O governo seguirá a política de reciclar permanentemente os recursos absorvidos pela poupança para irrigar o mercado interno. Isso, disse, ocorreu em janeiro, quando foram liberados para o mercado 20% do total dos depósitos à vista, o que representou uma massa de recursos de Cz\$ 29 bilhões.

Durante a longa entrevista que Funaro deu aos jornalistas em sua sala de reunião, fato raro, os repórteres insistiram para que ele definisse o perfil do novo programa econômico que o Governo lançará nas próxi-

mas semanas, especialmente no sentido de contrastar suas declarações otimistas com as declarações pessimistas expressas, ontem mesmo, pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que após entrevistar com o ministro admitiu que as novas medidas em elaboração exigirão novos sacrifícios da sociedade, tom semelhante ao expresso pelo presidente José Sarney, que previu medidas amargas.

Reiterando declarações anteriores de que não haverá arrocho econômico e salarial, Funaro destacou que a austeridade se dará na área oficial, como já vem ocorrendo em relação ao saneamento dos bancos estatais e a proposta de corte nos subsídios, cuja decisão será só implementada após parecer do Congresso: "Os recursos destinados aos subsídios deverão estar contemplados no orçamento com prévia aprovação do Congresso".

DIVIDA EXTERNA

A opção do Governo de apresentar aos credores internacionais uma proposta de política econômica que contemple metas específicas de crescimento econômico entre 5 e 7 por cento durante os próximos quatro anos envolve a firme decisão em favor de um basta à estratégia de negociação da dívida externa a curto prazo, como vem sendo realizado desde 1982, assegurou Dilson Funaro.

Segundo ele, o País precisa de fixar parâmetros de longo prazo para poder trabalhar com tranquilidade, no rumo da recuperação econômica em bases sólidas.

Para alcançar esses objetivos, Funaro defende a necessidade de fixação de novos mecanismos de financiamentos externos que não contemplam a obrigação de os países devedores serem obrigados a se submeter a duros planos econômicos de estabilização ditados pelo Fundo Monetário Internacio-

nal. E preciso, frisou Funaro, que os bancos credores estejam amarrados aos compromissos de crescimento econômico formulados pelos países devedores. Nesse sentido, defendeu a necessidade de se implementar uma negociação conjunta entre devedores e credores, quando novas regras deveriam ser formuladas de forma a permitir um novo tipo de financiamento externo para os países devedores.

Funaro descartou que a decisão do Governo de apresentar um programa econômico de quatro anos esteja vinculado à intenção do presidente Sarney de ficar mais quatro anos no poder. Isso, disse, "é conversa mole. O que está por trás da decisão do Governo é exigir respeito mútuo entre as nações no seu relacionamento comercial". Uma nação, destacou, não pode exigir que uma outra nação adote programas de ajuste que comprometa o nível de emprego. A resistência brasileira ao monitoramento do FMI decorre dessa necessidade de se fixarem novas regras no relacionamento entre as nações, disse.

AS NOVAS METAS

- 1 — Inflação: 12 a 13% nos próximos meses
- 2 — Juros: serão mantidos em patamares reais para conter consumo
- 3 — Superávit comercial: 7,5 a 8 bilhões de dólares
- 4 — Importações: crescerá 10%
- 5 — Exportações: crescerão 6%
- 6 — PIB: 5 a 7% nos próximos 4 anos
- 7 — Necessidade de dólares em 87: 5 bilhões
- 8 — Preços: reajustes controlados pelo CIP/SUNAB
- 9 — Tarifas Públicas: vai variar de acordo com custo das empresas
- 10 — Compromisso: aumentar o superávit comercial a partir de 88 reduzindo as necessidades de financiamento externo